

Mulheres volantes. Um estudo sobre o trabalho assalariado feminino no rural paulista

*Maria Aparecida de Moraes Silva**

O projeto acima visou ao estudo do trabalho feminino assalariado no rural paulista, levando-se em conta as novas configurações do trabalho no momento atual, caracterizado pelo vertiginoso processo de mecanização do corte da cana-de-açúcar, monocultivo que ocupa seis milhões de hectares de terra no estado. Desde meados da década de 1990, observa-se que à medida que a tecnologia nos canaviais avançou, as mulheres foram destinadas às tarefas, consideradas as mais desvalorizadas, além de serem alijadas do corte manual. Ademais, observou-se que este processo também foi sendo acompanhado pelo incremento da mobilização do trabalho, mormente, o das mulheres.

Constatou-se a presença de várias turmas de mulheres - catadoras de restos de cana, *bitucas*, e pedras, além das colhedoras de laranja, cebola, batata, manga, tomate, goiaba, das capinadoras de mato, das distribuidoras de herbicidas nos canaviais e eucaliptais, e das trabalhadoras nas granjas de ovos. Tais turmas configuram o reverso da modernização tecnológica da agricultura paulista na atualidade. As turmas volantes de mulheres resultam da articulação dos processos de acumulação do capital e da mobilização do trabalho não somente no monocultivo canavieiro como também nas outras culturas, configurando-se a circularidade permanentemente temporária da força de trabalho, independentemente das fronteiras das propriedades.

O referencial teórico deste projeto foi baseado nas reflexões do materialismo histórico e dos pós-coloniais sob a ótica do conceito de colonialidade, com ênfase nos atributos de gênero e raciais (étnicos). A permanência das condições intoleráveis das tarefas exercidas pelas mulheres foi apreendida no contexto das marcas coloniais, impressas nos seus corpos e almas, dado que a maioria das turmas é constituída por mulheres negras e mestiças. O estudo visou à compreensão do processo da mobilização

étnica do trabalho das mulheres. A metodologia empregada foi, sobretudo, qualitativa, por meio de entrevistas com mulheres em bairros periféricos de Ibaté, São Carlos, Altinópolis e Bariri; observação; diário de campo e produção de fotos e vídeos.

* *Profa. Aposentada da UFSCAR. maria.amoraes44@gmail.com*

Por meio do depoimento de um sindicalista, foi possível a redefinição de alguns pontos do projeto inicial. O intuito era captar os processos de mobilidade do trabalho, da flexibilidade e da vulnerabilidade.

No entanto, as informações advindas dessa entrevista revelavam que havia um grande número de mulheres empregadas na colheita da laranja e também nas granjas. A partir daí, foram entrevistadas 35 mulheres naqueles municípios; foram captadas várias imagens durante uma jornada de trabalho num pomar com mais de oito milhões de pés de laranja, além de observar *in loco* o trabalho de uma tratorista empregada na distribuição de venenos e controle de pragas (fotos 1, 2, 3).

Foto 1



Escada de ferro utilizada para a colheita da laranja (2017).

Foto: Rorivaldo Camargo. Coord. Maria Moraes

Foto 2



Trabalhadora coletando laranjas com a escada (2017);

Foto: Rorivaldo Camargo. Coordenação: Maria Moraes

Foto 3



Trator, conduzido por uma mulher, utilizado no controle de pragas (2017)
Foto: Rorivaldo Camargo. Coordenação: Maria Moraes

A **Foto 1** mostra a escada de ferro com 15 degraus. Durante a execução da colheita, é necessário locomover a escada várias vezes, circundando a laranjeira. Isso implica em grande dispêndio de energia, levando-se em conta o peso da escada, além do peso do saco com as laranjas¹. Na **foto 2**, a colhedora recolhe as laranjas no alto da escada, utilizando um saco pendurado ao longo do tórax, cujo peso varia entre 25 a 30 kgs. Na **foto 3**, além da tratorista, há duas mulheres que estão numa caixa acima da cabine, acoplada ao trator. A função dessas duas mulheres, que se posicionam em lados opostos do caixote, é verificar a ocorrência de pragas, na medida em que o trator percorre as fileiras das laranjeiras. Caso haja, elas comunicam a tratorista por meio de um toque com um bastão na cabine, cabendo-lhe parar o trator e colocar uma fita verde fluorescente na laranjeira, a fim de ser vista por outro tratorista distribuidor de veneno. Caso a praga seja o *Greening*², é necessário que a planta seja erradicada para não contaminar o pomar.

Esses achados da pesquisa de campo foram importantes não somente para o entendimento da divisão sexual do trabalho, como também para a análise das relações de gênero e classe social. Essa fase do processo de trabalho é

extremamente importante para evitar que as laranjeiras sejam acometidas por pragas. Segundo os responsáveis pela gestão do trabalho, as mulheres são destinadas a essa função porque são mais cuidadosas e responsáveis que os homens. São os estereótipos de gênero que explicam, portanto, a divisão sexual aí existente. Observou-se que é uma atividade penosa, tendo em vista que o caixote se move constantemente seguindo os movimentos do trator, sem contar a atenção e acuidade visual exigida durante todo o tempo da jornada de trabalho.

No que tange à preferência pelas mulheres para a recolha de pedras, a explicação é a mesma. Trata-se também de uma atividade penosa, cuja responsabilidade é imensa. As mulheres, em duplas, munidas de um balde, adentram o canavial (não queimado) à procura de pedras. Ademais do calor, do perigo de serem picadas por cobras, escorpiões, ou outros insetos venenosos, o peso das pedras lhes causa muitas dores na coluna e nos braços. Essa atividade é extremamente importante porque impede que as lâminas das máquinas sejam danificadas durante o corte mecanizado.

No que concerne às *bituqueiras*, elas recolhem os restos de cana após o corte. É uma tarefa importante para evitar a proliferação de bactérias que possam comprometer a rebrota da cana. Ainda que essas atividades sejam fundamentais para não comprometer a produtividade tanto nos laranjais, como nos canaviais, os salários das mulheres não são majorados.

Sobre o trabalho numa granja de ovos, o depoimento de uma mulher é revelador da lógica acima mencionada, ou seja, que o avanço tecnológico caminha lado a lado com a degradação do trabalho e também da natureza (no caso, as galinhas, transformadas em capital).

(...) daí o nosso serviço ali era basicamente o que, o pintinho vinha com um dia e a gente cuidava dele, aquecendo, dando comida, dando água, (...) o dia inteirinho assim, até ele completar dez dias; a gente trabalhava vinte e quatro horas, direto, revezando em turno de seis horas, assim, a gente vinha para casa, dormia seis horas e voltava para lá, por ser, todo mundo que trabalhava morava aqui perto, e a gente trabalhava nesse turno assim, a gente trabalhava seis horas corrido, ficava seis horas em casa, voltava trabalhava seis horas, ficava seis horas em casa, revezando para cuidar dos pintinhos: os primeiros dez dias, depois desses dez dias, o pintinho ele ia para a fase de engorda, e selecionava também, os machos tinham que separar, não podia, porque a gente queria só a mãe né, então os machos iam para outro lugar, e as fêmeas ficavam ali que a gente preparava elas para ela conseguir engordar e a galinha

de corte... a mãe do pintinho de corte tem um nome, eu esqueci o nome dela, não é matriz é outro nome, é ela não pode ganhar peso excessivo, ela não pode ter gordura corporal muito grande, porque, porque ela é uma galinha tratada especial para conseguir dar um pintinho bom, um pintinho que não vai ter deficiência nenhuma, tudo, então daí depois dos dez dias, a gente trabalhava no turno de escala, trabalhava oito horas por dia, uma hora de almoço, que dá nove horas, tira uma hora de almoço, e a gente cuidava da limpeza do barracão, o trato que também não pode ser a vontade, comida a vontade, você tem que tratar da galinha duas vezes por dia só, e limpar bebedor, a gente fazia debicagem, não sei, vocês já ouviram falar em debicagem?

A galinha ela come uma a outra, quando ela passa fome, ela começa a comer a outra galinha, então a gente corta o biquinho dela, tem uma maquininha, quando eles vêm, acho que uns vinte dias já pode começar a cortar, é uma maquininha que eles cortam a pontinha do biquinho, corta com a maquininha e queima, como se fosse uma chapa quente, mas elétrica, então um corta e o outro queima, elas não podem engordar, elas têm que crescer, mas não podem ganhar peso, então como elas têm uma privação de comida muito grande, elas se comem vivas, sabe (...), elas são criadas no escuro, essas galinhas, elas ficam por cinco meses no escuro total. Maria (nome fictício). Depoimento colhido em março de 2017.

No que tange aos/as trabalhadores/as rurais, os direitos são cada vez mais restringidos. Segundo a legislação brasileira, somente a partir da Constituição de 1988, esses trabalhadores passaram a ser contemplados com registro em carteira e outros direitos existentes, desde a CLT, dos trabalhadores urbanos. No entanto, com a atual reforma trabalhista³, as normativas legais caracterizam-se por um verdadeiro processo de morte lenta, além de um verdadeiro saque dos direitos e da contribuição previdenciária obrigatória. Esses trabalhadores são contratados em média durante 07 meses ao ano, durante a safra. Em seguida são dispensados. Assim sendo, segundo o tempo de contribuição exigida pela atual legislação laboral, eles poderiam se aposentar somente aos 82 anos de idade, caso a idade inicial de registro na carteira fosse 16 anos. Segundo minhas pesquisas, aos 40 anos de idade, esses trabalhadores já estão com a saúde degradada em função da brutalidade dos trabalhos existentes. Trata-se de um emprego formal e isso acaba configurando uma armadilha imposta pelo Estado brasileiro que deveria proteger os trabalhadores e não usurpa-los, além da

exploração, como foi relatado acima. O registro formal, algo tão buscado pelos trabalhadores, termina por resultar em um engodo, na medida em que são obrigados a contribuir com a previdência social, mas jamais terão o retorno dos valores pagos. Aqui se impõe a máxima do conceito foucaultiano: fazer viver para deixar morrer.

Portanto, esta pesquisa visou contribuir para os estudos rurais e também apontar para a formulação de políticas públicas capazes de reverter essa situação, considerada impensável, sobretudo, levando-se em conta a gigantesca riqueza das *commodities* deste país.

Vale ainda dizer que no campo da sociologia rural, poucos pesquisadores têm-se dedicado ao tema do trabalho assalariado. O que se nota é, de um lado, as pesquisas nas áreas da agronomia, biotecnologia, genética etc., destinarem-se às plantas: cana-de-açúcar, laranja, soja, milho, etc. No que tange aos trabalhadores nessas commodities, há uma zona de silêncio. Então, acredito que, ademais de dar visibilidade a esta realidade, o foco qualitativo utilizado - por meio de entrevistas, registros imagéticos, estudos de trajetórias, de histórias de vida - revela os subterrâneos do chamado agronegócio brasileiro e contribui para desarranjar a ordem perversa existente.

As reflexões advindas deste projeto de pesquisa pretendem contribuir tanto para o debate acadêmico, quanto para o público externo. Menciono, sobretudo, a Pastoral do Migrante, CEM – Centro de Estudos Migratórios, CPT – Comissão Pastoral da Terra, Plataforma de Direitos Sociais, além de outras entidades, cujos programas visam à luta pelos direitos laborais, sociais e humanos. As discussões teóricas e metodológicas integram aquelas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa, Terra, Trabalho, Memória e Migração, cadastrado no Diretório do CNPq, sob minha coordenação, cujo site é: www.trama.ufscar.br

O Projeto de Pesquisa está registrado no Processo: Chamada Pública: 443224/2015-3, Chamada CNPq/ MCTI Nº 25/2015 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

NOTAS

¹ Segundo informações fornecidas por um serralheiro, essa escada pesa, em média, entre 35 a 40 Kgs. O preço atual de cada uma delas gira em torno de R\$ 200,00, enquanto o preço de uma escada congênere, mas feita de alumínio, pesando em torno de 5 Kgs, seria por volta de R\$ 500,00.

² “O Greening (Huanglongbing/HLB) é a mais destrutiva doença dos citros no Brasil. Não há variedade comercial de copa ou porta-enxerto resistente à doença e as plantas contaminadas não podem ser curadas. As bactérias *Candidatus Liberibacter asiaticus* e *Candidatus Liberibacter americanus* são as responsáveis por causar a doença. Elas são transmitidas para as plantas de citros pelo psíldeo *Diaphorina citri*”. <http://www.fundecitrus.com.br/doencas/greening/10>. Acesso: 10/03/2018

³ A Reforma Trabalhista foi aprovada pelo Congresso Nacional e instituída pela LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. Tal Reforma Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Contudo, a Reforma Trabalhista, se agradou amplos setores empresariais nos campos e cidades por um lado, por outro, é amplamente questionada por trabalhadores e suas entidades representativas, inclusive aquelas que declararam apoio ao Governo Temer, como a Força Sindical. *Nota do Editor*